



**"Trazendo na chegada
Foice velha, mulher nova
E uma quadra de esperança"**

O migrante e a educação: o sonho nutre a luta

Marlina Pontes Sposito

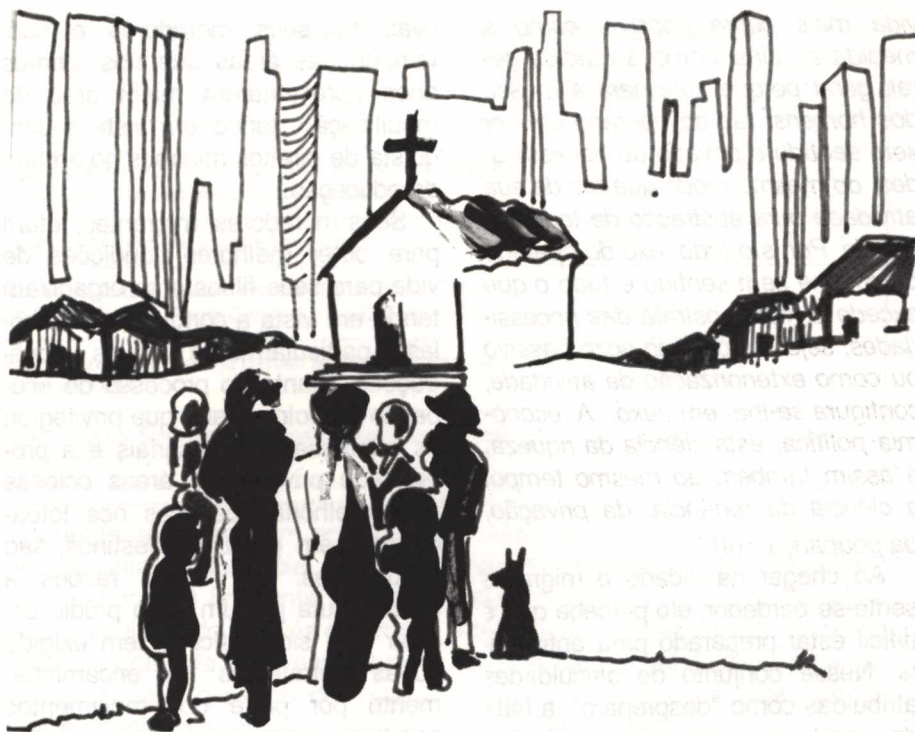
Este artigo procura contribuir para a compreensão da vida do migrante na cidade ao trazer para discussão um tema em geral ausente das preocupações daqueles que têm procurado entender sua trajetória e suas lutas: os migrantes e seus projetos educativos.

Na verdade, tem sido privilegiado o debate em torno das questões relativas à expulsão dos trabalhadores do campo, de sua vinda para a cidade em meio às vicissitudes dessa travessia e de sua luta pela sobrevivência no mercado de trabalho. Outros aspectos dessa presença, como as práticas educativas e a socialização das crianças em famílias migrantes, as formas de manifestação do lazer e da religiosidade na cidade, embora passem a ocupar o campo de interesse de alguns estudiosos e daqueles que têm acompanhado as lutas dessas populações, ainda não foram suficientemente conhecidos (1).

São Paulo, assim como outros centros urbanos, tem sido aglutinador de migrações nos últimos anos e, também, pólo de miséria e de desigualdade social. O crescimento urbano mediante o privilegiamento dos interesses do capital, a oferta de emprego em condições sub-humanas e a deterioração da qualidade de vida configurando o processo de "espoliação urbana" (2) acabam por constituir o cartão de visitas da cidade e as condições a que os migrantes devem se submeter para sua sobrevivência, num trágico "ritual de iniciação".

Os expulsos do campo e destituídos da terra encontram no lugar de chegada apenas desafios que exigem novas lutas: o emprego e a moradia. Os locais disponíveis para a moradia são os mais precários e, assim, essas populações irão constituir a periferia dos centros urbanos carentes de equipamentos essenciais, como água, iluminação, postos de saúde, escolas ou as favelas que crescem em várias regiões da cidade.

Ao chegar, o migrante inicia várias lutas: não só a da sobrevivência imediata pela busca do emprego, mas a luta pela conquista de melhores condições de vida no bairro em que consegue morar. Aqueles que adquirem um pequeno lote sabem que não é só a casa que precisa ser construída nos fins de semana, muitas vezes em mutirão. Percebem, também, que é preciso se organizar para trazer os benefícios urbanos



que os bairros mais ricos têm em sua totalidade.

Os migrantes não percorrem esses caminhos sozinhos; estabelecem em seus grupos de vizinhança, na igreja, no clube de futebol, redes variadas de uma sociabilidade que se constrói no interior de um processo marcado também por tensões e descontinuidades, mas que exprimem um novo modo de viver o dia-a-dia no espaço urbano.

Assim, as populações migrantes, e vários autores já analisaram esse fato, são as principais protagonistas das lutas dos bairros e dos movimentos sociais que puderam ser observadas em cidades como São Paulo a partir da década de 70 (3).

Se a luta do migrante em seus movimentos nos bairros exprime uma recusa da miséria, revela a exclusão, conseqüência da pobreza, ela desvela, também, um outro lado, uma outra face que mostra o quanto os migrantes não são pobres. Eles não são pobres em cultura, comó vários estudos sobre as culturas populares nas cidades indicam, e não são míseros em projetos. Como afirma o seresteiro: "trazendo na chegada uma quadra de esperança".

Esses projetos são multifacetados e não se limitam à sobrevivência imediata; eles também dizem respei-

to ao futuro e aos sonhos; eles figuram uma nova temporalidade que rompe com o repetitivo do cotidiano, com sua linearidade.

Quando falam de suas vidas, de suas frustrações e de seus sonhos, os migrantes - pais, mães e jovens trabalhadores - sempre afirmam que, para eles, as três coisas mais importantes são: casa, saúde e educação.

A casa e a saúde garantem a possibilidade de continuar a vida e, principalmente, de trabalhar; ambas estão ligadas à sobrevivência. E a educação? No sonho da educação, da ida à escola, da conquista de um diploma, está a vontade de melhoria, de ascensão, mas está escondido, também, o desejo de poder mudar a vida, a possibilidade de romper com a mera repetição e projetar-se como um ser diferente do que lhe foi imposto pela realidade social que o engendrou como um destituído, que não pode ter necessidades ou carecimentos.

Marx afirmava que sob o domínio do capital "o trabalhador só tem direito ao imprescindível para querer viver e só tem direito a querer viver para ter" e, assim, a economia burguesa e o capitalista transformam o trabalhador em um ser sem sentido e sem necessidades, "ao calcular a

vida mais pobre possível como a medida e, aliás, como a medida geral: geral porque vale para a massa dos homens, faz do operário um ser sem sentido e privado de necessidades, do mesmo modo que faz de sua atividade pura abstração de toda atividade. Por isto todo luxo do operário parece-lhe sem sentido e tudo o que excede a mais abstrata das necessidades, seja tanto como gozo passivo ou como exteriorização da atividade, configura-se-lhe em luxo. A economia política, esta ciência da riqueza, é assim também ao mesmo tempo, a ciência da renúncia, da privação, da poupança". (4)

Ao chegar na cidade o migrante sente-se perdido; ele percebe que é difícil estar preparado para enfrentá-la. Nesse conjunto de dificuldades atribuídas como "despreparo", a falta da escola em suas representações lhe pesa tanto que ele chega a afirmar: "devia ter a escola na terra de onde a gente vem" (5). Assim, se a migração aparece como o destino do pobre do campo, a escola poderia prepará-lo melhor para a chegada...

Mas como diz o ditado "quanto mais perto do mato pior o carrapato", os migrantes encontram nos bairros periféricos as piores condições escolares da cidade: faltam escolas, as existentes estão superutilizadas, não há equipamentos mínimos para a atividade diária, falta material escolar e pedagógico.

Nesse momento, mais uma vez o sonho transforma-se em projeto e o projeto resulta em prática: os migrantes passam a se organizar para trazer uma nova escola para o bairro, para conquistar um prédio de alvenaria em substituição ao barracão de madeira, para equipar melhor a unidade existente com mesas, cadeiras, bibliotecas, laboratórios, para ter o direito à merenda escolar de melhor qualidade, para denunciar a cobrança de taxas que as escolas impõem e, com isso, facilitam a desobrigação do Estado na manutenção dos serviços públicos de educação.

Os extremos Sul e Leste da cidade de São Paulo expressam exemplarmente essa desigualdade no atendimento às necessidades educa-

tivas de seus moradores e são, também, as áreas que nos últimos anos apresentaram maior grau de mobilização, tendo em vista a conquista de direitos mínimos no âmbito da educação.

Seus moradores, migrantes, lutam para obter melhores condições de vida para seus filhos e se organizam tendo em vista a conquista de escolas, particularmente novas construções. Diante do processo de ocupação do solo urbano que privilegiou os interesses empresariais e a propriedade privada, as áreas ociosas para melhorias públicas nos loteamentos, em geral clandestinos, são inexistentes. Por essas razões a simples luta por um novo prédio escolar tem sido difícil e tem exigido novas estratégias de encaminhamento por parte dos movimentos populares que se formam nessas áreas.

Muitos migrantes procuram alcançar alguma mudança em sua condição atual e encontram na escolaridade um caminho possível: é significativo o volume de cursos de alfabetização - não só mantidos pelo Estado como organizados no âmbito do movimento popular - e, recentemente, a pressão de vários grupos para a conquista de cursos supletivos públicos, até então nas mãos de particu-

lares que cobravam mensalidades exorbitantes para o bolso dos trabalhadores (6).

São lutas miúdas, subterrâneas que acontecem no dia-a-dia dos bairros e que, raramente alcançam um grau maior de visibilidade política. Em alguns momentos reúnem um amplo conjunto de moradores e bairros, como a luta por construções escolares, em meados da década de 70, empreendida por grupos de mães e mulheres da Zona Sul da cidade de São Paulo na região de Capela do Socorro e, em 1980, o movimento contra a cobrança obrigatória de taxas para a APM (Associação de Pais e Mestres) na Zona Leste, envolvendo várias CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) de São Miguel Paulista, Ermelino Matarazzo e Itaim.

Mas o seu caráter pontual, o fato de estarem restritas aos bairros, muitas vezes articuladas por comissões de moradores que se formam espontaneamente, clubes de mães, CEBs ou associações, não impede que elas, em seu conjunto, ofereçam um amplo quadro de mobilização e de pressão junto ao Estado para exigir a realização de direitos educacionais constantemente negados.

Esses grupos locais também procuram participar da vida da escola de seu bairro, ora integrando os or-





ganismos existentes como as APM ou Conselhos de Escolas ora prestando pequenos serviços que colaboram para a manutenção dos prédios. Mas é nesse momento que se percebe o confronto entre os projetos: a escola é importante para os migrantes mas os migrantes não são importantes para a escola (7).

Em geral, as práticas escolares discriminam os mais pobres, segregam ao invés de promover e transformam a educação em "mercadoria" que é acessível aos que têm poder e riqueza; e a educação deixa de ser bem público e se constitui em patrimônio privado. Mais ainda, a escola exclui o migrante e faz com que ele aprenda uma única coisa: que ele não tem cultura, que ele é pobre em todos os sentidos, que ele é um sujeito sem história.

Essas práticas que são produzidas no interior da escola nem sempre são visíveis para o conjunto dos moradores que lutam por sua conquista. Muitas vezes elas se exprimem em pequenos obstáculos diários, como a exigência de material que os pais não podem comprar, a exigência de atividades escolares como a pesquisa a livros que a família não possui e, o que é pior, nem mesmo a escola. Mas o seu caráter invisível advém também do isolamento que a unidade escolar impõe para tornar opaca sua prática, retirando-a do alcance das críticas, e não apenas da "incapacidade" dos pais de verificarem, no dia-a-dia, a discriminação que fundamenta a ati-

vidade pedagógica.

Os pais, quando estão dentro da escola, incomodam os profissionais que imprimem às suas ações um conjunto de práticas autoritárias e burocratizadas marcadas pela rotina. Não é por acaso que os moradores do bairro são chamados apenas para "cooperar" com os serviços mais gerais de manutenção da escola, para "confirmar" decisões tomadas pelo corpo administrativo, em meio à aparência da democratização do poder, e nunca para "participar" e, com isso, constituírem uma instância de decisão política que exprime o sentido mais preciso da expressão "participar" (8).

Muitas vezes, os trabalhadores migrantes são criticados quando lutam por melhores condições de educação. São censurados porque, em geral, conquistam, ao demandar uma unidade para o bairro, apenas o direito ao acesso a uma escola discriminatória e porque a luta pela escola e pela educação contém muitas ilusões permeadas por "aspirações pessoais e individualistas".

Ao serem desconsiderados em seus projetos educativos, os migrantes são, desse modo, muito pouco compreendidos. Desconhece-se que o migrante, ao se organizar na cidade, ao perceber que as saídas são coletivas e não individuais para a conquista de melhores condições de vida, ao desenvolver uma rede intensa de relações sociais, ele também está gestando um novo projeto educativo.

No primeiro momento, nos grupos em que participam, os trabalhadores desmontam, num processo lento e descontínuo, o quadro educativo existente, submetendo-o à crítica: as discussões informais, as conversas sobre o que acontece nas escolas, as arbitrariedades daqueles que exercem o poder, o desinteresse pela atividade docente, o sistema de disciplina imposto sem nenhuma discussão com os pais, que querem da escola autoridade mas não autoritarismo, as dificuldades dos filhos no processo de ensino.

Mas é por meio da teia de relações sociais que o migrante vai constituindo - num movimento que oscila entre o isolamento e a busca da participação e a descoberta do grupo - um novo modo de viver o cotidiano. E ao descobrir um outro sentido para a vida e suas práticas coletivas, marcadas por novos valores éticos e humanos, os trabalhadores em seus movimentos gestam também novas concepções sobre o ato educativo e o saber, permitindo o confronto com a realidade atual.

Assim, a busca da escola encerra sua negação em nome de um novo projeto, ainda fragmentado, que se constitui fora dela e, particularmente, no interior da luta social. Formulado pelos pobres, na verdade, por aqueles que, pelo despojamento total, se tornaram disponíveis e libertos para o novo (9), esse projeto enquanto possibilidade não elimina o existente, mas o supera, no sentido da incorporação crítica. Espera-se que a

"Mas se viver fosse chegar..."

Seria a ilusão um erro? Um momento de "chegança", um ponto final na trajetória da vida que leva a uma estrada sem saída?

A ilusão é, também, o ponto de partida. Como Marx afirmava, o trabalhador na sociedade dominada pelo capital é, em certo sentido, também, um escravo, porém mais produtivo e submetido a um trabalho mais intenso. Mas "o escravo, com efeito, só trabalha sob a ameaça do medo exterior, e não para sua

existência - que não lhe pertence, ainda que sem dúvida esteja garantida -, enquanto que o trabalhador livre trabalha para suas necessidades. A consciência, ou melhor, a ilusão de uma determinação pessoal livre da liberdade assim como o sentimento da responsabilidade anexa àquela, fazem deste um trabalhador muito melhor do que aquele". (12). A crença na sua liberdade e no direito à igualdade impele os trabalhadores para algo diferente da realidade vivida, leva-os a exigir cada vez mais e a buscar novas saídas para a satisfação de suas necessidades.

Os migrantes ao lutarem por escolas, por melhores condições de ensino, exprimem suas ilusões, mas, além delas, sua esperança de mudança, e com isso a capacidade de formular projetos que se desdobram em práticas e lutas que podem apontar para a transformação da sociedade. Nesse sentido, a ilusão contida na vontade de educar-se, porque exprime a esperança e resulta na ação, pode ser, também, profundamente inovadora.

(*) Professora na Faculdade de Educação-USP.

notas

- (1) A este respeito consultar os trabalhos sobre religiosidade popular de Carlos Rodrigues Brandão e, do mesmo autor, "A descoberta da infância (o educador e a criança) in Revista de Educação AEC, ano 15, nº 61, julho/setembro de 1986. Sobre socialização de famílias migrantes indico Jerusa Vieira Gomes, Socialização: um estudo de famílias de migrantes em bairro periférico de São Paulo, Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da USP, 1987. Sobre lazer e cultura de migrantes consultar José Guilherme Magnani, Festa no Pedaco, SP, Brasiliense, 1984.
- (2) O conceito de espoliação urbana de acordo com Lúcio Kowarick significa a "somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade dos serviços de consumo coletivo que - conjuntamente com o acesso à terra e à moradia - se apresentam como socialmente necessários aos níveis de subsistência da classe trabalhadora e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito da relação de trabalho" in "Os caminhos do en-

contro: as lutas sociais em São Paulo na década de 70", Revista Presença nº 2. Ed. Caetés, SP, 1984, p.69.

(3) É preciso ressaltar que as migrações da década de 50 e a constituição da primeira periferia da cidade de São Paulo também tiveram como consequência várias manifestações dos bairros periféricos e a criação de associações de moradores.

(4) Marx, K - Manuscritos Econômicos e Filosóficos. Coleção Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1984, pg. 24.

(5) Depoimento de migrante participante do Movimento de Educação da Zona Leste.

(6) Em São Paulo os movimentos que exerceram maior grau de pressão para a criação de cursos supletivos públicos foram: Movimento Pró-Supletivo constituído por egressos do MOB-RAL e os grupos de base da Zona Leste da cidade, articulados pelo Movimento de Educação da Zona Leste.

(7) As atividades de cultura e lazer desenvolvidas pelos migrantes em geral são desconhecidas pela escola. A pesquisa sobre o Movimento Popular de Arte no Bairro de São Miguel Paulista analisou as relações entre a produção artístico-cultural da região e a rede de escolas públicas (Marília Pontes Sposito, Cleide Lugarini de Andrade e Gilberto Nascimento, Memória do Movimento Popular de Arte no Bairro de São Miguel: Cultura, Arte e Educação, FEUPS, 1987.

(8) Verbete Participação in Dicionário de Polítics, Bobbio et alii (orgs), Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.

(9) A este respeito consultar José de Souza Martins, "A nova cultura dos pobres", Tempo e Presença, CEDI, número 220, junho de 1987.

(10) Depoimento de militantes membros do Centro Comunitário de Cidade A. E. Carvalho em Ermelino Matarazzo.

(11) Depoimento de militante do Movimento de Educação da Zona Leste

(12) Marx, K, - *El Capital, Libro I, Capítulo VI (inédito), México, Siglo Veintiuno editores, 1984, p.68.*

NEGROS

Cadernos de Migração

NEGROS
trata-se do 1º livreto da série
Cadernos de Migração
que o Centro de Estudos Migratórios
está lançando.

Uma publicação de cunho popular.
A iniciativa visa abordar
os principais sujeitos da História das Migrações
no Brasil

Pedidos: CEM.
Preço: Cz\$150,00

